

A RECIPIÊNCIA E OUTRAS FUNÇÕES DOS OBJETOS DO CONHECIMENTO

RECIPIENCE AND OTHER KNOWLEDGE OBJECTS FUNCTIONS

Wellington Amâncio da Silva¹

Resumo: No ensaio “A Transição da Coisa ao Objeto²” quisemos traçar uma vereda gnosiológica de ligação entre o *horizonte noumênico* e o *horizonte fenomênico* a partir da tentativa de precisar as analogias e diferenciações entre a “coisa-em-si”, a “coisa” e o “objeto”, como elementos próprio do percurso do conhecimento, e tendo a noção de representação como um dos fundamentos conceituais. No presente ensaio tratamos das condições e possibilidade de um objeto conter sentidos para além da sua função de significante. Para isso ampliamos o conceito de *recipiência*, em seus sentidos conotativo e denotativo, apresentando-o por meio de uma figuração mais concreta e visual que ultrapassa a ideia de *signo*, devido à condição comum de *recipiência* de um objeto, para além da sua condição de marco e ou de *significante* de alguma coisa, de objetos outros e de fatos diversos. Tais questões foram refletidas experimentalmente a partir da *Epistemologia Metafórica* de Feliciano de Mira (2013).

Palavras-chave: Recipiência. Função do objeto. Síntese especular. Gnosiologia experimental.

Summary: In the essay “The Transition from Thing to Object” we wanted to trace a gnosiological path between the *noumenal horizon* and the *phenomenal horizon* from the attempt of precision as analyzes and differentiations between a “thing-in-itself”, a “thing” and a “object” as an element of the contest, and have a notion of representation as one of the conceptual foundations. In the present essay we treat the conditions and possibility of an object with the senses beyond its function of *signifier*. For this we extend the concept of *recipience* in their known and denotative senses, presenting it by means of a more concrete and visual figuration that surpasses an idea of *sign*, due to the common position of container of an object, besides its condition of frame E the *signifier* of something, other objects and diverse. These questions were reflected experimentally from the *Metaphorical Epistemology* of Feliciano de Mira (2013).

Keywords: Recipience. Function of the object. Specular synthesis. Experimental Gnosiology.

¹ Professor Auxiliar da Universidade Federal de Alagoas – UFAL- Campus Sertão. Mestre em Ecologia Humana pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB/Campus VIII. É vinculado ao Grupo de Pesquisa “Ecologia Humana” – UNEB/CNPq. Núcleo de Estudos em Comunidades e Povos Tradicionais e Ações Socioambientais (NECTAS) UNEB/CNPq. Núcleo de Estudos Socioeconomia do Desenvolvimento Sustentável – Universidade do Estado da Bahia-UNEB/CNPq. wellington.silva@cedu.ufal.br

² Revista Saberes, Natal RN, v. 1, n. 17, Dezembro, 2017, 84-98 (ISSN 1984-3879).

Introdução

No começo era o ato — Goethe

Dancei de manhã comigo e com uma folha de nespereira, esguia na forma, seca no aspecto e castanha na cor, daquelas que caíram no quintal. Foi um momento sem escrita, um processo destituído de caracteres, uma atitude obstinada de mudança. - Feliciano de Mira, em *Hotel Siesta*, 2016, p. 47.

[...] as emergências dos seres delirantes estão expondo a vontade de um pensamento para além da linguagem formal. Redigindo garatujas para reinventar o signo, o significante e o significado, e ainda, o Sentido e próprio pensamento! Viva à heteroreflexão. “Eis o que reivindico: a autonomia das minhas subjetividades e não a sua racionalização.” — Lamparina, personagem de “O Catingueiro”.

Publicado na Revista Saberes³, “A Transição da Coisa ao Objeto” é um ensaio experimental de filosofia⁴ e (e com alguns clarões d’arte) em que quisemos traçar uma vereda gnosiológica de ligação entre o *horizonte noumênico* e o *horizonte fenomênico*, a partir da tentativa de precisar as analogias, ligaduras, sedimentos e diferenciações entre os termos, “coisa-em-si”, “coisa” e “objeto”, como elementos próprios do percurso tradicional do conhecimento. No ensaio intitulado “Sobre a Opacidade do Objeto”, pretendemos agora aprofundar a compreensão de como os objetos “projetam” a sua *ociosidade* sobre nós, e de como a reproduzimos em gestos e modos de estar e permanecer num *tópos*⁵. O conceito de ociosidade é tratado ali obliquamente, a partir da categoria “objeto” da qual não se desliga. Por conseguinte, quando tratamos da função dos objetos, não podemos esquecer da sentença de Schopenhauer — e o que esta sintetiza —, qual seja, “o mundo é portanto⁶ *representação*” (2001, §1) no sentido de que diferentemente desta nos oferecer uma visão racionalista daquilo que nos cerca — e *representação* é linguagem —, a *recipiência* dos objetos é a dimensão empirista do mundo constituído

³ SABERES, Natal RN, v. 1, n. 17, dezembro, 2017, 84-98.

⁴ Ou ao menos tenta se esquivar dos conceitos operativos generalizantes das noções de mundo.

⁵ Objetos estáticos (elementos abióticos constitutivos de mundo) são ativos como tudo neste universo presentificado no sentido de exercer alguma influência sobre os seres em geral e sobre o plano onde estão. A ociosidade é este mecanismo do “está num lugar” aparentemente na noção enganosa de uma “estática” quando na verdade o objeto é um elemento integrador e influenciador da nossa dimensão ontológico-gnosiológica.

⁶ Para uma profunda compreensão do sentido condicional que certamente Schopenhauer deu ao “portanto” é preciso consultar toda a sentença do §1. Neste “portanto” reside, tácita e inerente a este, uma questão gnosiológica determinante.

(na qualidade de conjunto de coisas sabidas, de objetos produzidos e de abordagens práticas sobre estes), onde empirismos e racionalismos entrecruzam-se de um modo pós-kantiano. A *recipiência* é anterior à *representação*. Contudo, pensamos ainda que esta mesma *representação* está intrínseca e naturalmente ligada à dimensão dos elementos incógnitos ao mundo — as “coisas” e as “coisas-em-si” mesmas, porque a linguagem nos permite representar o não sabido ao menos como hipótese, ficção ou “conhecimento no devir” —, dimensão que o perpassa, que a este é periférico, que a este é ontogênica, visto que mesmo este mundo ordenado não é conhecido de todo, porque contém em seu âmago o que ainda não é mundo⁷, por assim dizer, “coisas” e as “coisas-em-si”. Por exemplo, entre a *representação* schopenhaueriana e a coisa representada, isto é, objetivada, há várias instâncias de entendimento (e por que não, de desentendimento e de equivocação). É preciso considerar aqui que o trânsito entre *representação* e coisa representada, além de sedimentado, contém pedras no meio do caminho, e ao largo. Neste ensaio, pensando em Filosofia da Natureza e Gnosiologia, tratamos das condições e possibilidade de um objeto conter, determinar e receber sentidos para além da sua função de significante — do sentido *em aberto*, portanto não concluído, a partir da sua materialidade ativa, e sob certas condições de “gravitação”. Para isso ampliamos o conceito de *recipiência* em seus sentidos conotativo e denotativo, apresentando-o por meio de uma figuração mais concreta e visual que ultrapassam a ideia abstrata de *signo*, devido à condição comum de *recipiência* de um objeto, para além da sua condição de marco e ou de *significante* de alguma coisa, de objetos outros e de fatos diversos. Por assim dizer, a *recipiência* se refere à pragmática do objeto em relação ao seu conteúdo. A *recipiência* também é um elemento de concretude, materialidade e experiência inerente à “cultura da presença” (DA SILVA, 2017). Sobre a noção de *Recipiência*, esboçamos alguns conceitos, tais como plano especular, aproximação especular, e síntese especular, e ainda, horizonte significativo. Tais questões foram refletidas experimentalmente a partir da instância conceitual denominada *Epistemologia Metafórica*, de Feliciano de Mira (2013) que é hoje para nós

⁷ Como sabemos todos, a palavra latina “*mundi*” (mundo) é o sinônimo conceitual à palavra grega *κόσμος* (cosmo), no que sucede da razão formal ou racional, tal como “ordem” e “organização”, e da razão sensível ou empírica. “beleza”, “harmonia”. Mundo se opõe ao universo segundo aquela tradição escolástica de universo como “infinito”, porém mundo é sinônimo para a expressão moderna muito usual na Física e na Astronomia, “universo conhecido”, portanto, o macrocosmo e o microcosmo conhecido são dimensões de mundo. Em síntese, mundo é a dimensão racionalizada da vida e da existência; qualquer que seja o elemento susceptível de racionalização, este se subsume no mundo oferecendo-se em possibilidade de entendimento, de objetivação e ainda sob condições antes dadas de racionalização.

uma hermenêutica que nos oferece possibilidades de aproximação justa (não tradicionalmente denominativa) das coisas nas relações gnosiológicas.

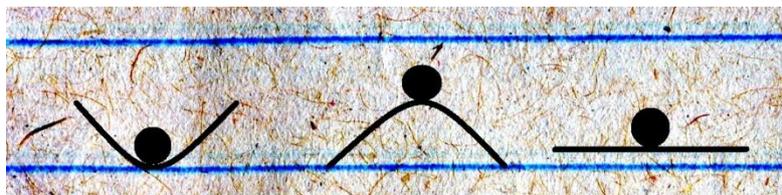
As metáforas da Recipiência

Da metáfora sobre coisas que recebem outras, temos as primeiras ferramentas disponibilizadas, tais quais a função paleolítica das *mãos* em forma de concha; mãos que recebem de bom grado um bocado d'água, para matar a sede, para entornar sobre o rosto suado e refrescá-lo, para despejar sobre uma planta ou simplesmente para realizar a vontade de olhar-se neste espelho d'água em luz, sobre a *recipiência* primordial do corpo como instrumento, isto é, as mãos em forma de concha — por algum tempo a água ali descansa para um fim, visto que aquela forma conchal tem sua razão de ser, em grande medida, determinada *hic et nunc* pela vontade da água, em sua variegada utilidade, entretanto, naquela *recipiência*, a porção d'água é determinada, na condição de representação, síntese e sentido. A porção d'água é o quê senão o paradigma primeiro da vontade das mãos? Do mesmo modo — todavia por *outra razão* — pela manhã, a folha de uma nespereira realiza sua *recipiência* contendo o orvalho até que o Sol denegue; contudo, é a pequena incidência de gravidade⁸ que simula magicamente, ao olhar expectador e esteta, certa *condição de concavidade* por sobre a folha (mesmo que reta), onde se mantém o orvalho. a tríade, “convexidade, concavidade e planitude” é desfeita para o olhar, quando a gravidade *deseja* que o orvalho permaneça sobre uma recipiência incomum. Saindo deste microcosmo, é preciso considerar a gravidade (e não somente no tempo, e talvez menos o tempo) como possibilidade de determinação do tipo de conhecimento advindo das relações empíricas entre sujeito e objeto. A gravidade é, pois, o efeito da atração telúrica sobre os corpos, tanto mais sejam densos em sua concretude e tamanho, num jogo de atração e repulsão, tanto mais seja a proximidade. Todavia, a gravidade é também uma potência externa, isto é, advinda do que “é *de cima* para os

⁸ É preciso considerar outra abordagem, por exemplo, a de que o tempo e o espaço possam ser pensados na condição de duas necessidades construídas racionais como fundamentos de entendimento da presença do *corpo do ser* humano no horizonte das condições e possibilidades paradigmáticas do físico. Há uma fisicalidade própria na Modernidade, advinda desta hermenêutica do tempo e do espaço, sob o fundamento da Física moderna; é preciso antes de tudo entender as noções de tempo e de espaço na qualidade de duas variáveis transcendentalizadas em demasia, ou objetivadas como dados factuais a partir de um Paradigma científico-matemático, e por não serem o que são, dentro da vigência paradigmática, e nem terem sido o que de fato eram, — como se comprova na história das ciências — tempo e espaço podem ser apenas compreendido em contiguidade e tangência, a partir do *corpo do ser* e não fora deste corpo vivo, como categorias alienadas. O tempo e o espaço são o próprio corpo.

corpos como centros”, e o espaço flexionado que os empurra se flexiona também no côncavo e no convexo, e flexionado é pelo objeto, porque toda massa objeta, incomoda, investe seus efeitos sobre as proximidades, justamente por não existir o *vazio*, exceto no âmbito do metafísico.

Figura 01 - Convexidade, concavidade e planitude.



E não a figura moderna da gravidade em sua verticalidade (Lei da Gravitação Universal Newtoniana), mas em sua horizontalidade, cá onde naturalmente as coisas se fazem assentar, e o assentar é fazer perceber, aparecer, parecer, relacionar, em similitude. Esta horizontalidade é a dimensão das experiências na qualidade de relação gnosiológica. E é preciso considerar que “a experiência, como duração, sempre se constituiu como algo dessincronizado e fraturado (CRARY, 2015, p. 11). Dito isso, no âmbito do “conceito da tríade”, temos convexidade, concavidade e planitude, na condição de fenômenos constituintes do *plano especular*. Por exemplo, a convexidade⁹ de uma pedra, esculpida pela água, será lugar de descanso momentâneo, como poça pequena, e neste momentâneo haverá uma impressão de unidade. Se as mãos se juntam para matar a sede, elas assim o fazem para também objetivarem algo presente *entre* à sua orla, e a presença da água ali se mantém pela potência da *recipiência*. Se se juntam como instrumento em si, sobre outros corpos, têm potência de se fazer recipiente para as coisas. Se instrumentalizam coisas em objetos na qualidade de ferramenta ou aparelho, aplica-lhes ou transmite-lhe uma potência de *recipiência*. E se a serviço do olhar as mãos se juntam em concha é para formar, num gesto, uma composição que é dança, escultura e signo, cujo *vazio* da sua concavidade visa receber qualquer coisa além do vácuo — mesmo sento o vácuo um elemento compositivo da forma. Por vezes, forçamos a presença das mãos em concha a um sentido; as mãos na condição de “corpo convexo”, no que antes era hiato momentâneo, entre *vazio* e significação, é pose pura à cata daquilo que é para além de uma interpretação lógica. A *recipiência* das mãos é aliás uma investida especular — no

⁹ Convexidade, concavidade e planitude, ver *figura 01*.

sentido de vontade de conformidade entre forma, função e efeito — sobre as coisas susceptíveis de toque, de *repouso*, de *recipiência*. Na *figura 01* a Gravidade determina o *ponto de referenciação* a partir do qual, direções, regiões, posicionamentos, pontos iniciais e finais, são postos e se comportam, e, sobretudo a linha, como método ou meio, determina antes a *recipiência* em forma, função e efeito. O efeito de linha e de ponto é potência das mãos. Dito isso, na *figura 01* o “ponto” (•) é precisamente o elemento variável que *repousa*, sob certas condicionantes, sobre um plano convexo, côncavo ou liso (tríade do *plano especular*). Mas é entre linha e ponto que a *recipiência* investe sobre a gravidade. Logo, a manualidade, a *recipiência*, o plano especular e a gravidade, em ordem de potência e suscetibilidades, determinam coisas e objetos em experiências e significados. Como maior força — que não prescinde de outras variáveis — o jogo entre a gravidade e a forma de um plano determinaria naturalmente o tempo de *repouso* e de trânsito de um ponto em *recipiência* ou sobre a *recipiência* de um corpo convexo, côncavo ou liso. Todavia, o *tempo* poderia ser outro, se as mãos antes determinarem aquele plano. Logo, o jogo entre a gravidade e a forma estarão susceptíveis à volição das mãos, que é por si mesma corpos de tangência e de contiguidade (CTCs), e, antes de qualquer outro instrumento e instrumentalização, as mãos impõem-se na qualidade de “corpo”, e não haveria *recipiência* sem as mãos, fundamento da empiria.

A *recipiência*, assim como a constituição do seu objeto, sua materialidade, suas condições de substância, condiciona o efeito de gravidade, ou de gravidades. Contudo, haverá de entender-se a *recipiência* mais como volição do que como efeito de gravidades. De um ponto de vista empírico, a confluência de coisas susceptíveis à *recipiência*, no fundo côncavo, por exemplo (*figura 01*), se daria pela força da gravidade, mas os seus aspectos estéticos, ontológicos e poéticos ultrapassam, aquela força gravitacional telúrica e externa. A convexidade, a concavidade e a planitude são *planos especulares* de tangência e de contiguidade em função dos corpos, no entanto, a *recipiência* ultrapassa esta função, porque os planos especulares determinam-se num regime de *recipiência*. Com efeito, os corpos, que detêm uma ou outra destas formas, visam tangência e/ou contiguidade, uns com os outros, e que sob muitos aspectos, são em grande medida determinantes das condições e possibilidade de aproximação especular. E este aspecto especular é, sobretudo, o que para além da similitude de significados é possibilidade de *repouso* e de contato. A *recipiência* é uma universal empírica que determina os corpos de tangência e de contiguidade (CTCs), todavia, a *recipiência* é investida por estes corpos. A partir destas aproximações, a *recipiência* determina as possibilidades e condições de

presença, de materialidade e de contato, e ainda, de ligação e de transito entre os corpos; No horizonte destas aproximações é possível evidenciarmos “relação entre representação de um objeto” e “objeto em si”. A instrumentalização de um corpo concebe o objeto em seus planos de tangência e de sentidos — instrumentalização é antes perfazer a coisa em objeto significado segundo certo referencial, e isto é uma *síntese especular*.

Destarte, partimos dos seguintes problemas como Interrogação: em que medida é negativa a resultante¹⁰ do conhecimento (num objeto, por exemplo) se esta possui elementos agregativos outros, dados num momento anterior ao seu produto (o objeto em si)? Até que ponto as instrumentalizações conceptivas deste “objeto resultante” não o afastam daquilo que ele poderia ser como produto em si? A hipótese é que a tendência da instrumentalidade, pela qual se produz conhecimento teórico ou efetivo, determinaria em certas medidas, o objeto fora do seu “em si”, sobretudo porque os efeitos da instrumentalidade não são devidamente considerados. Em outras palavras, é possível e devido afirmar que o produto do conhecimento se constitui, em essência, de alguns dos elementos comuns à instrumentalização¹¹. Antes, no âmbito da uma “*recipiência pura*” isto ainda não deveria ocorrer, mas eis que é apenas em tese. Entretanto, não pode haver qualquer “pureza” numa relação de tangencia e contiguidade. Longo, instrumentalização seria uma investida constitutiva interessada, que concebe objetos no processo de produção do conhecimento. E há ordens de instrumentalização. Denominamos instrumentalização por: a) é a primeira ordem de instrumentalização a incorporação potencializada das funções das mãos a um objeto que por adquirir tais funções torna-se objeto-instrumento, objeto-aparelho (a exemplo da pinça, do alicate, da faca, da tesoura, de copos e recipientes); b) nesta segunda ordem de instrumentalização, os objetos instrumentalizados (objeto-instrumento, objeto-aparelho) incorporam-se, em efeito, função e forma, nos objetos por estes tratados; c) os objetos de terceira ordem (instrumentalizados pelos objeto-instrumento, objeto-aparelho) incorporam os elementos agregativos da primeira e segunda ordens. Neste esquema, a recipiência de um objeto de terceira ordem de instrumentalização é ainda mais suscetível. Logo, um prego, por exemplo, não é o que é, sem as conceptivas do martelo e do alicate, em seus elementos agregativos, e sobretudo, sem as conceptivas das mãos; a *recipiência* de um prego, por exemplo, é amplamente

¹⁰ Aqui, é preciso considerar a diferenciação entre “resultante” e “produto”, visto que a primeira é efeito e o segundo materialidade.

¹¹ A instrumentalização tem relação com a “manualidade” heideggeriana como processo posterior às funções primárias das mãos.

susceptível a todas as outras instrumentalizações citadas, sobretudo às mãos; os objeto-instrumento e objeto-aparelho são recipientes suscetíveis mais diretamente às mãos, que por sua vez constituem suas recipiência por si mesmas, no contato com os elementos do meio, segundo suas próprias demandas e sob pouco determinismo sobre si, porque quanto maior esse mais passivas as mãos. Em síntese, quanto mais sutis e mais controlados fossem os processos de tangência e contiguidade, mas a *recipiência* seria pura. Como dissemos antes, o instrumental é para o objeto, que por sua vez fora constituído para operar, sob condições de instrumentalização — de muitas maneiras ambos se determinam; logo, a *recipiência* é o *lócus* epistêmico do objeto em que nesta há pelo menos resquício desses processos de produção racionalizados¹² do objeto, dito desta forma é correto pensar que a *recipiência* é a instância constituída de um plano especular onde elementos agregativos são dispostos. A *recipiência* traz o mapa das instrumentalidades. E para responder algumas questões, e sem prescindir da experimentação, objetivamos refleti-las a partir de uma delimitação epistemológico-metafórica (MIRA, 2013), sobre os limites das interações instrumentais entre Natureza e conhecimento produzido. Esta delimitação postula que o conhecimento produzido é em si e não apenas uma *síntese* dos elementos factuais, isto é, existentes de fato, mas representados no círculo do conhecimento, como “representação especular”, todavia, os objetos produzidos ainda carregam em si elementos essenciais e agregativos das instrumentalizações anteriores e necessárias até aqui à produção de conhecimentos determinados. Uma *síntese especular* é a resultante ou conclusiva de um processo de instrumentalização, que ultrapassa o objeto dado no processo. As instrumentalizações dizem respeito aos elementos cujo uso objetiva racionalizar (no sentido de formação, objetivação e uso) alguma coisa e produzir um objeto (produto); tanto às coisas em processo de objetivação quanto os objetos mesmos carregam evidências dessas instrumentalizações como parte dos elementos constitutivos inerentes e determinantes de sentidos (no que se refere ao ontológico). As instrumentalizações operam determinando, em grande medida, essência e substância da coisa em objeto, e do objeto na qualidade de corpo racionalizado. Como se sabe, as instrumentalizações são processos de transformação de *um* ou mais elementos da Natureza em objeto.

¹² O processo de racionalização de uma coisa (corpo sem nome) é além de uma investida de sentidos, no que se refere à ordenação de um nome, de uma estrutura, de uma essência, das propriedades, é também uma investida de controle calculado racional (*ratio*) e cientificamente, quanto à função e ao uso de um corpo objetivado, isto é, que se torna objeto *de* um processo e objeto *para* o uso num processo.

A recipiência dos objetos

A *recipiência* é a primeira grande expressão humana, resultante de certa instrumentalização, certamente anterior à linguagem, e esta é por assim dizer uma das suas imensas consolidações — porque realiza-se historicamente pelo trabalho e por instrumentalizações, no âmbito da concretude dos objetos fabricados (mesmo nos gestos mais primários de transformação de um elemento natural em objeto, como entre os caçadores coletores do início do Neolítico). Por conseguinte, as possibilidades de reprodução de um objeto consolidado num grupo humano, por sua função, forma e uso, apenas são realizadas quando partilhadas ou comunicadas pela linguagem, e a partilha na linguagem é uma das condições de síntese especular. Figurativamente imaginando, a linguagem é como um “recipiente côncavo” e especializado, para o signo, em cuja superfície porosa perpassam recipiências. Nos primórdios, a natureza mesma, sobretudo devido a sua intempérie, obriga-nos a todos nós a uma busca por *recipiência* (no sentido de resguardamento); por conseguinte, a *recipiência* arborosa das copas frondosas oferecia-nos descanso, onde era possível agregar-se com o outro por longo tempo e proteger-se; a *recipiência* rupestre é sobremaneira estável em relação às árvores — e é justamente à confiança de tanto, a parede rupestre que era maior por sua rigidez e sua falta de ductilidade, que a estrutura rupestre respondia como força à natureza exterior e ao ser que dentro habitava seguramente, instituindo-se perpetuamente, na condição de *recipiência* do ser, como lugar estrutural e locacional, a casa; a perpetuidade da estrutura rupestre proporcionava o saber experimentado, no processo de ali habitar e na confiança comprovada de resistência oferecida por daquela estrutura. Do ponto de vista gnosiológico, as infindáveis abstrações, texturas e matizes pictóricas comuns às paredes rupestres disponibilizavam — para aqueles que ali habitavam — uma ampla gama de referências mórficas e essenciais na condição de conhecimento referente disponível. No final do Paleolítico — se podemos dizer assim — alguns seres humanos já experimentavam a necessidade de *guardar* algo pela força da excedência (sobretudo no Neolítico com a consolidação da agropecuária) — e a estrutura do elemento guardador, por exemplo, um vaso de cerâmica, mimetizava a rigidez rupestre e verticalizada da caverna de habitar. Antes, sementes guardadas em recipientes de couro mofavam-se ou fermentavam; guardadas num envoltório de cerâmica eram mais susceptíveis às finalidades desejadas, eram “racionalizadas”, no mais amplo sentido do termo: a “*nomia*

da casa” como heurística, isto é, a *síntese especular* apreendida, mais por instinto, nas experiência de habitar sobre o rupestre, oferecia-lhes referenciais de *recipiência* necessários à mimese do “duro”, num vaso de cerâmica. A partir desse momento, a *recipiência* se tornara em evidência um fato e uma expressão econômico-ontológica; a *recipiência* como realização é o esteio em que se sustentam “conhecimento”, “trabalho” e “existência”. Nesse sentido, está muito claro que também a *excedência* da produção agropecuária determinava em boa medida a *recipiência*, e esta última realizada, por sua vez, oferece condições de racionalização¹³ da *excedência*; a vontade de guardar demandaria técnica, instrumentalização e experiência; configura-se um modo próprio de *recipiência* pela vontade de guardar. Se como resposta ao acontecimento da *excedência* pela agropecuária temos a procura por condições de *recipiência*, o humano desenvolvia em sínteses estas condições, pela observação daquelas já consolidada na natureza — a exemplo do lar do *Furnarius rufusa*, da vesícula melífera da abelha, do pericarpo da semente, do marsúpio dos marsupiais —, muito embora tais realizações sejam reconhecidas, entre nós, por analogia e interpretação, ou seja, a *recipiência* presente na natureza é sempre associada por comparação ao *objeto recipiente* que se construímos damos uso devido, antes idealizado; a *recipiência* presente na natureza é “opaca”, no que diz respeito a sua função, forma, meio e finalidade (e aqui é preciso considerar aquela oposição entre o que tem a “forma” racionalizada e o que é amorfo, sendo que em realidade o “amorfo” não existe, nem dentro nem fora da Natureza, a não ser que forcem o conceito tradicional de forma geométrica como oposição às formas naturais, que, por assim dizer, transcendem conceitos). No que diz respeito a nossa capacidade de construir *recipiência*, criamos dispositivos cujas funções, estrutural espacial, funcional e acumulativa, visam agregar e manter conteúdos; eis que há certa *recipiência* na condição de “lugar de repouso” dos corpos, por oferecer um *plano especular* para que os elementos biótico e abiótico se desenvolvam e perdurem, segundo nossa vontade, na medida do nosso controle e racionalização conhecidos sobre esses corpos. Em suma, a *recipiência* oferece condições ao descanso, à agregação, à mistura, à separação, à ordenação, à

¹³ A racionalização é um processo de subsunção das coisas numa totalidade ordenada (*kósmos*), em outras palavras, é uma investida de ordenação estrutural (substância) e de sentidos (nome e qualidades) sobre as coisas, implicando a estas coisas a uma lógica, dentro de um horizonte taxológico, epistêmico e pragmático. A racionalização é uma resultante do olhar condicionado, no momento em que o observador já reconhece antes o objeto da sua cognição, mesmo que intuitivamente, visto que “[...] os objetos da intuição sensível devem estar conforme às condições formais da sensibilidade situadas *a priori* na mente, e sua consequência, de objetos para nós, resulta do fato de que do contrário não seriam objetos para nós [...]” (KrV, B122-123)

seleção, à marcação à síntese. No sentido de utilidade, no que diz respeito à agregação, seleção, separação e *repouso* de conteúdos, estes realizam-se a partir de certas demandas (de resguardamento de algo que deve ser assim posto). A *recipiência* como lugar de *repouso* oferece condições para que os elementos permaneçam para um ou mais propósitos. Em sua orla, desdobra-se a abertura de forma a possibilitar o *repouso* de uma coisa ou objeto em seu interior, ou mesmo *por* fora. Aqui, temos alguns exemplos das instrumentalizações: O lítico na condição de possibilidade de artefato é o primordial das mãos habilidosas. É em si objeto — como resultante de um processo de transformação — quando da sua aplicação cotidiana como instrumento que obedece a instrumentalidade do seu portador. O lítico na qualidade de elemento bruto inicia sobre outro elemento processos de instrumentalização. O contato premeditado do lítico com outra coisa determinara o tipo de recipiência desta outra coisa na qualidade de objeto “em função de”, e em objeto “para determinado fim”. O lítico como elemento bruto, usado no intuito de martelar, moer, desbastar, lascas, passa do estado latente de “coisa” à função de “objeto”, mesmo tendo ainda a sua *recipiência* “opaca” em relação ao o lítico acabado em pedra lascada ou polida, cuja recipiência vai-se tornando forte.

O *vaso* de barro é um corpo argiloso, oco e avermelhado, e não por acaso é assim. Moldados sempre pelas mãos, são a mimese das mãos que o moldam: mãos rubicundas e “ocas” em si mesmas, porque trazem a condição mais autêntica de *recipiência* para outras coisas, se comparadas a qualquer outra parte do corpo do oleiro. O *vaso* de barro mimetiza especialmente a função de concha das mãos, seu vão receptivo¹⁴ — e não é à toa que este é vermelho: se não comporta a função dispositiva de pegar — dos dedos em pinça, intencionais — concentra em sua orla interior o poder incrível de deter, de pôr em descanso ou *repouso*, de tornar denso e de acumular; de guardar, os grãos, os líquidos, as coisas, os objetos, as referências, as memórias, as sombras, a luz, a resina e o azeite¹⁵, e ainda, segura corpos de toda espécie, justamente por sua função de *retenção*, em que reside o poder de fazê-los perdurar por algum tempo; e no arcabouço desta segurança reside a confiança humana, experimentada no uso desses objetos recipientes — confiança

¹⁴ A receptividade é intencionalidade para algum fim cujo meio é a abertura; a receptividade pode intencionalizar como *télos*, o aberto.

¹⁵ *Λαμπάδες*, *Lampádes*, Lâmpadas, são as ninfas do submundo, chamadas em latim de *Nymphae Avernales*, ou *Nymphae infernae paludis Avernales* (Ov. Met. 5.540, Fast. 2.610, 1892). Na maioria das representações carregam tochas sobre as mãos, e tochas são anteriores às lâmpadas como instrumento recipiente de azeite; são responsáveis centrais do enfrentamento entre a sombra e a luz. O poder dessa luz gerada não era ainda compreendido como possível de *carregar dentro* de um receptáculo, mas queimando no exterior, como um archote.

que se sustenta na bela circunferência de um vaso até tornar-se conhecimento científico dos materiais — e se é assaz confiante, porque a mais das vezes descansa aí, e talvez ainda porque, se estivesse preso aos determinismos da Natureza, “de tanto olhar as grades seu olhar esmoreceu e nada mais aferra” (RILKE, 1994, p. 25). A *campânula* como objeto funcional existe para receber dentro de si outros objetos, e fora de si a pode circundar um sentido estético ou um atributo de utilidade, já reconhecidos; e quando recebe o vazio é porque a beleza é maior em sua periferia — beleza que se torna por si mesma *recipiência* do gosto. A *campânula* é antes de tudo o lugar onde algo pode descansar por um tempo, em meio a sua extremidade cônica. Por causa disso, este é *tópos* de provisoriiedades diversas. A *máscara* é um dispositivo cuja funcionalidade é determinada por uma outra episteme, a do velamento, e tem a sua recipiência de maneira disjuntiva, porque *recebe para ocultar* provisoriamente e propositivamente; não ofereceria normalmente as condições ao descanso, à agregação, à mistura, à separação, à ordenação, à seleção, à marcação e ao *repouso*; oferece-se como simulacro, ou o *εφήμερος*. A *mala* como objeto relativamente quadrado, ou retangular, tem sua recipiência portátil e a tiracolo, como extensão do corpo; não imita o corpo, mas agrega ao corpo o que é para o desejo como para a ocasião; vazia, a mala é um corpo oco, sem órgão (*CsO*), como se desfeita à “organização orgânica dos órgãos” (DELEUZE; GUATTARI, 1980/2004, p. 21); no entanto, se cheia obedece ao desejo do seu portador, ainda assim, desfeita à “orgânica dos órgão”. Sua função recipiente se efetiva no transito e como casa dos objetos identitários, necessários e, sobretudo, subjetivos. A recipiência de uma mala é heterotópico, porque o seu conteúdo é determinado para “estar fora”, seu conteúdo é para o corpo. A mala não somente oculta a função da roupa, a de vestir, como coloca em suspensão esta função, logo, sua *recipiência* é negativa, porque desessencializa seu conteúdo. “As malas acompanham-nos pelos sobressaltos da terra e do ar, carregadas de ansiedades, superstições e angústias”, como dizia Feliciano de Mira (2003, p. 62). O signo é o elemento corriqueiro da linguagem. O mundo é pontuado por signos (O mundo é a soma dos objetos conhecidos e das coisas susceptíveis ao conhecimento). Tudo é signo, menos talvez aquilo sobre o qual a linguagem não incide, mas o quê? Se a linguagem não o faz saber não é mundo. A *recipiência* do signo traz-nos os feitos de intelecção das coisas e racionalização dos objetos. Dito assim, não seria um signo aquilo através ou ao redor do qual a linguagem não transita. Qual a relação mais óbvia entre signo e linguagem, porque esta é antes signo? Se a linguagem é a instância maior, originária e universal das condições e possibilidades dos elementos sígnicos estão postos os fundamentos do

significante e significado. A linguagem é um *cosmos* dentro do qual os signos se sucedem e significam, e possibilitam marcos significantes. O que não transita na linguagem ainda não é signo, não tem *recipiência*. E o signo apresenta *recipiência* pela via do significante. Mas antes, o primeiro processo de objetivação lógica de um elemento da Natureza é o de iconização. O nascimento de um ícone se realiza no princípio das interações de produção de conhecimento. Racionalizado em elemento do conhecimento temos antes de tudo um ícone, e este se fundamenta por similitude com tudo o que lhe parece. Sua capacidade de *recipiência* se efetiva por similitude, em associação ao objeto que lhe parece. Na condição de processo, o signo é resultante de uma complexa objetivação. O signo é um objeto preciso, todavia um objeto não *precisa* seu signo, visto que ao menos o significante de um objeto advém de um ou mais contextos, sob condições de flutuação de sentidos, e sua ancoragem — sobre determinado marco — relativiza, em certa medida, este marco e seu objeto. De modo simples, o contexto de fundação do objeto é uma das matrizes a partir da qual devém seu significante.

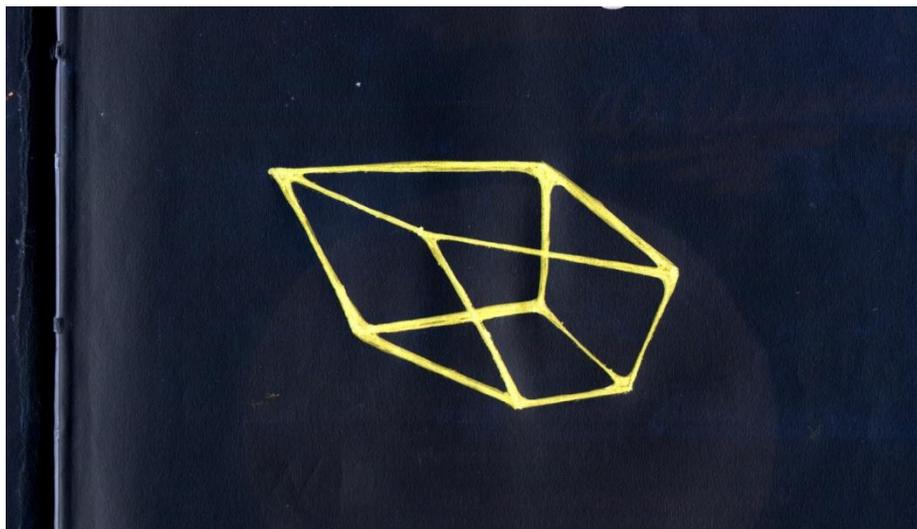
Se segundo Aristóteles (1998) a linguagem é a faculdade deste “animal diferenciado” que hoje denominamos de “humano” (*ζῷον λόγον ἔχον*), de cognição e significação à inteligência de mundo. Sendo assim, a linguagem é uma investida de precisão sobre as coisas, na qualidade de dispositivo por meio do qual sabemos, compreendemos, no horizonte mesmo de certos limites empíricos e racionais. Em resumo, a linguagem é uma instrumentalização das coisas em objetivação de sentido e materialidade, e a linguagem é a condição sem a qual não haveria *síntese especular*. O signo é um elemento constituinte e constituído na linguagem, porque é produto de uma condição própria deste animal semântico, o humano. A condição de significação se efetiva, dentro de um âmbito próprio de referencialidade semântico-ontológico, a partir das interações dinâmicas com a Natureza. Pensamos a linguagem e o signo, até aqui, dentro de condições ontológicas, semânticas e existenciais, no intercurso semântico, “Mundo”¹⁶ e “Natureza”. Em Teoria do Conhecimento, ensaiamos uma “geografia das condições de conhecimento”, *a priori* e *a posteriori*, aqui esboçamos uma teoria da recipiência, isto do é da função gnosiológica do ponto-como-receptáculo, lugar de descanso de um objeto ou coisa, na extensividade das intuições sensíveis e cognições. Em Física, no final de uma linha demanda-se naturalmente um ponto, e é neste que se encontra e *onde* reside um fim em si, mesmo que provisório.

¹⁶ Mundo, cosmos e ordem são sinônimos aqui.

Poderíamos representar o “especular” como instrumento, a partir da figura isomorfa e “esomorfa” de um espelho convexo, de modo que seus dois pontos, um horizonte convexo, quase se encontram, fechando-se em sua abertura restante, pelo encaixe da “verticalidade do olhar” num ponto, e pela “verticalidade da linguagem” noutra. A recipiência do pensamento é *a priori*, e é uma convergência intrínseca que se configura como abertura “aparelhada” para a subsunção dos elementos constituintes do conhecimento realizado; estes elementos factuais (as coisas e objetos significados e significantes) se posicionam numa condição de acomodação e “encaixe” conceitual — uma receptividade, por assim dizer. Portanto, esta receptividade é intencionalidade para algum fim cujo meio é a abertura; a receptividade pode intencionar, como *télos*, o *aberto* — a porosidade é a via possível para o *aberto* — como pretensão de realização. E o *aberto* é uma instância metafísica, portanto, sempre no devir conceitual.

No âmbito dos sistemas, o saber em geral sempre é refratário ao conhecimento formal, e ainda, entre linguagem, facticidade e conhecimento, há diversos hiatos cujos significados não conseguiram até então enlaçar. Um sistema é a realização possível de um complexo de similitude entre coisas, objetos, funções, finalidades e meios, no âmbito sintético do especular, isto é, do que se busca às similaridades. Entendemos por sistema uma interação entre a consciência, os elementos constituintes da facticidade e o conhecimento desta relação no horizonte da linguagem — muito embora sistema apresente um aspecto essencial de condicionamento às funções, determinações e possibilidades de representação da linguagem — este só pode ser aberto (um sistema fechado é um conceito metafísico). Se o estatuto da linguagem é o de estar no lugar de alguma coisa, ou precisamente preencher o espaço ausente de alguma coisa, com um conteúdo de significados, é preciso considerar esta função, a de representar, na qualidade de discurso acerca daquilo que constitui um sistema, e ainda, na condição de faculdade especular deste sistema. A linguagem preenche o espaço incógnito de alguma coisa e do objeto, todavia, esta linguagem possibilita um trânsito entre sujeito, coisa e objeto, e significados. Antes, tudo é pensamento, mesmo o objeto, em sua concretude, é por isso materialidade pensada. A linguagem e o pensamento são condições mútuas de vir a ser. Ambos são parte de um círculo recipiente.

Figura 02 — A exemplo, *O Cúbico*, síntese especular e objeto recipiente.



[*O Cúbico*. Obra do autor, 2001]. Nesta *figura 02*, representarmos o “especular” como instrumento, a partir da figura isomorfa e “esomorfa” de um espelho convexo, de modo que seus dois pontos, um horizonte convexo, quase se encontram, fechando-se em sua abertura restante, pelo encaixe da “verticalidade do olhar” num ponto e pela “verticalidade da linguagem” noutra. Se o espelho convexo tem como primado “uma linha” constituinte de um horizonte, esta se duplica, de cima para baixo e no idêntico, por uma ação especular daquelas verticalidades: temos assim uma imagem plana cúbico estendida sobre a Natureza, e cuja superfície é pura especularidade, e ainda, em cuja orla circulam significações que escapam-lhe constantemente para pontos diversos. Em determinação da Gravidade, naquilo que é “lado de cima” e “lado de baixo”, o cubo se abre dando-nos condições epistêmicas de recipiência. O cúbico é um objeto recipiente, é um “hexaedro”, em que uma das faces é nula, e se o cubo é fechado, esse cúbico está *em aberto*. O cubo contém mais em sua periferia hexaedra e porosa do que em seu interior fechado em si (espaço axiomático, espaço-sobra, espaço-conceito); no cúbico o interior é também lugar de trânsito recipiente, axiomático, conceitual. O cubo é o paradigma na qualidade de condição; o cúbico é uma possibilidade de intercâmbio paradigmático.

Da capacidade de receber alguma coisa

Alguns autores não levaram em consideração que há uma diferença de essência entre “coisa” e “objeto”, ao menos no percurso da gnosiologia, e que precisa ser destacada. Por causa disso, é necessário frisar tal diferença antes de continuarmos; a diferenciação — que se especializa no plural de suas possibilidades conceituais — fora em grande medida negligenciada entre os empiristas e racionalistas, e mesmo Kant (1968) não precisou. Dito isso, tal diferença reside antes e precisamente num ponto de transição em que a coisa, do horizonte *νοούμενον* ao *φαινόμενον*, se dar ao conhecer, ou fazemo-la dar-se em estado de abertura, no âmbito da mudança de configuração de essência e de substância, isto é, do “fechado” (de âmbito de coisa-em-si) ao “poroso” (de coisa ao

objeto) de sua superfície, que tende assim à desocultação (e o *fechado* é a instância em que se pode falar da coisa-em-si kantiana, enquanto a *porosidade* da coisa decorre na queda, ao “ser lançada” num horizonte fenomênico, o qual testemunha os meios através do qual conhecemos por objetivação, racionalização e representação); antes, ao que diz respeito à coisa, a Natureza¹⁷ é *φύσις κρύπτεσθαι φιλει*¹⁸, “a Natureza¹⁹ (*φύσις*) ama ocultar-se”, relativamente ao sentido e não a sua potência, que é forma indômita a ser conhecida sempre no devir, ao menos até aqui. Por sua vez esse desocultamento, que consiste mesmo de uma disposição aos significados e às similitudes, temos a abertura que é, por assim dizer, a dimensão possível aberta às dinâmicas da significação. É por esta que transitam as coisas, enquanto algo a conhecer-se, ou em processo, e são os objetos, como possibilidades dadas no horizonte preciso de uma compreensão, pois, seus elementos de similitude, no quadro dos quais em boa medida adentramos cognitivamente e experimentalmente nas “essências” e “substâncias” nas coisas. É preciso reconhecer esse percurso analítico (muitas vezes implícito) entre “coisa-em-si”, “coisa” e “objeto”, e averiguar seus interstícios, suas veredas, suas bifurcações, suas instancias e seus marcos. Eis ainda: o que nos chama a atenção, a partir do nosso interesse imediato, se fundamenta nos juízos e valores constituintes do nosso repertório mental. E se um juízo do tipo analítico é sempre de um potencial tautológico, os nossos juízos em gerais fundamentam-se desde sempre numa espécie de espelho paradigmático em que por vezes subsume nossa razão, portanto, a partir da episteme convencionalmente validade, o que já sabemos mais ou menos por meio da “catalogação” é possibilidade de saber, isto é, é vereda de encontro das coisas, visto serem todos os elementos do existente susceptíveis de comparação. Dizemos que a razão é o auge deste tipo de humanidade que se consolida após o Iluminismo, mas a razão é a um só tempo a sua redenção, sua falha gnosiológica, sua convicção de poder e sua determinação existencial.

Para além da verdade persiste a anomalia, que pode ser muito maior do que aquela. E é por isso que antes de tudo a anomalia *está* para os filósofos. A verdade, na qualidade de efeito de correspondência ou aproximação, é a qualidade de ver, ver de

¹⁷ A transformação da Natureza, pelas mãos humanas, decorre em relativa precisão (exceto pelas contingencialidades do transcurso e devido aos enlacs de certas variáveis inerentes, no decurso desta transformação). A transformação da Natureza tem como base de ação precisada um fundamento epistemológico amplo (teórico, metodológico, estrutural, projetivo), mas que não prescinde do experimental, em sentido amplo.

¹⁸ Heráclito de Éfeso, R.P., 34f., segundo a edição de Bywalter.

¹⁹ É importante enfatizar que também nesta palavra reside o sentido de *Γαία* e, sobretudo de *Οἶκος*.

algum modo ou qualquer modo, sob o horizonte do vivido e ainda sob uma base complexa de epistemologias e/ou de enganos: ver às escuras, tomando topadas ou cegando as vistas sob o Sol a pino, como enfrentamento, requer-se esta base complexa de entendimento, o repertório de mundo à disposição. Que a verdade seja dita da boca de quem detém o discurso - verdade histórica, por exemplo —, esta incide drasticamente sobre o objeto enquanto determinante de sentido, mas o objeto em sua porosidade tem por sua condição a capacidade de ser representado — dentro de uma instância de verdades — satisfatoriamente. Hoje é preciso reconhecer que a mínima diferença possível, todavia, entre o objeto e sua representação mais fiel (ou aceita como verdadeira) residiria na diferença entre “substâncias” constituintes dos objetos e de sua representação, caso haja “substâncias” — se o objeto é essencialmente constituído de uma materialidade ou desempenha este potencial — mesmo um objeto abstrato - quando for o caso, é-lhe comum uma *capacidade de objetar*, na qualidade de determinante da sua “substância”, e esta capacidade é uma abertura à representação, porque sem objetar não há intencionalidade de representar — o objeto abre e abre-se a um horizonte de significação. Por sua vez, no que se refere à representação, sua substanciação é designativa, suscitativa, significativa e de potencial conotativo — cada uma destas “ativas” são substâncias da sua condição e possibilidade de ser. Por conseguinte, a *representação de um objeto* é o resultado da estruturação de “substâncias” inerentes à dimensão das representações como tentativa necessária de sanar a sua ausência substancial, trazendo-o ao campo do conhecimento possível, a partir de um formato dado, de uma estrutura posta e de uma forma apresentada que destoa essencialmente do objeto em si, se considerarmos as diferenças entre o elemento “representação do objeto” e o elemento “objeto”; aqui há uma diferença entre a *representação de um objeto* e o *objeto representado*; se a primeira intenciona realizar o objeto como linguagem, este último, como um produto, e sem intencionalidade alguma, afasta-se do objeto em si. Portanto, ainda é preciso afirmar (para além do aparentemente óbvio) que é lógico que a *materialidade* do objeto em si nunca é a mesma na representação — muito embora seja sabido que a tendência primeira da representação é tentar desfazer o déficit conceitual entre o representado e sua imagem linguística, no horizonte de um paradigma (na representação transita o conceito, que é para esta um campo de sentidos maior).

A substância é necessariamente o *existente* da “coisa” e do “objeto”, bem como da “representação do objeto”. Com efeito, dizemos tudo isso para destacar o tamanho do problema que decorre, por sua vez, quando buscamos representar agora não o elemento

“objeto”, mas o elemento “coisa”, por meio do elemento “representação”. Ainda, é mais viável pensar que a heterogeneidade entre a substância da “representação de um objeto” e a substância do “objeto em si” decorre pela diferença dos modos de ser de ambos, sobretudo no que se coloca na qualidade de uma espécie de antagonismo essencial e de dicotomia substancial entre estes nos processos mesmos de relação entre representação do objeto e o objeto em si mesmo; talvez de outra maneira não fossem heterogêneos, mas a conformidade que se requer facilmente entre ambos, caso houvesse, é um mistério que desvirtua cada um destes (sobretudo pelo discurso fácil de unicidade entre estes) — e ainda especialmente por meio dos modos pelos quais inicia-se as análises sobre ambos, em conjunto ou em separado. A representação intenciona relevar a coisa para além do seu algo, trazendo-a para o campo do “próprio”, ou como se diz, da objetivação, isto é, do que uma coisa pode ser em relação com o mundo. A coisa é desde sempre heterogênea ao pensamento e a representação. A materialidade da coisa não é suficiente perpassada pela racionalização e objetivação, portanto, a representação mental ou literal da coisa é mais problemática e menos efetiva do que a do objeto, no que se refere aos contrastes entre “substâncias constituintes” — apesar de que a coisa como representação tem uma tendência esvaziativa, não passando de “tropos”. Os objetos existem para nós como representação e experiência, e não para além destas, mas para nós. Logo, é necessário pensarmos no que vem ao caso como verdade em suas instâncias afirmativas e negativas. Observe que os conceitos de “verdadeiro” ou de “falso” pertencem ao mundo, mas não estão na Natureza como elementos ou mesmo representações destes elementos, por serem sínteses de conjuntos de elementos. Podemos pensar do seguinte modo: a “coisa-em-si” é um elemento da Natureza e a “coisa” é um elemento da Natureza em vias de transição; o “objeto” um elemento *mundano*, qual seja, um elemento da ordem e a um só tempo, elemento ordenador. No mundo (no sentido de *mundi* latino e de *kosmos* grego) a ordem fundadora se estabelece no âmbito do que se detém no verdadeiro — mesmo que provisoriamente e em aceitabilidade; nisso, falso é uma espécie de “sinal” que aponta para o seu contrário, mas não ao acaso, porque mesmo o falso é um recurso gnosiológico necessário. Na Natureza, “verdadeiro” e “falso” não existem — ambos são substâncias da representação. E, pelo fato de pertencer ao mundo, este mundo perdura também sob as condições e possibilidades do “verdadeiro” e do “falso” — estes *adiam*, por assim dizer, o retorno do mundo à Natureza (ou ao menos nos trazem uma “Natureza” dessencializada e dessubstancializada, em seu estado originário), porque enredam uma eterna dialética ou precisamente operam em dois blocos díspares no horizonte de uma dicotomia. Na

Natureza não há elemento inerente cuja transformação da sua materialidade essencial e substancial não sofra uma subsunção para o campo do “verdadeiro” ou “falso”, num processo de linearidade constitutiva e elementar, sem perder-se essencialmente (todavia, substancialmente advém para nós em sínteses). A diferença que tentamos fazer entre essência e substância se fundamenta numa instância de temporalidade entre representação, coisa e objeto. Essência é o que é de ambos pelas condições de entendimento possíveis deste “o que é”; a substância decorre numa “relação com”; é o que provisoriamente “está sendo” ou “se tornou”, a representação, a coisa e o objeto. Em outras palavras, aquele elemento natural é desarraigado da sua essência e da estrutura substancial originária, ou seja, é arrancado da sua dimensão própria (a Natureza) quando objetivado num dado susceptível à “verdade” ou ao “falso”. Isso quer dizer que os dois conceitos são, num processo técnico e metodológico, a resultante da transformação radical do elemento concreto, antes fechado, em conceito abstrato e operacional, provisório, dentro de um regime inerente a este processo. A substancialidade do elemento natural é sintetizada na forma de objeto. A função inicial do objeto é acusar a verdade como factualidade, mas a sua negação é um aspecto substancial do objeto. Mesmo com diferenças substanciais (precisamente em relação à representação), o objeto contém as condições necessárias que oferecem a susceptibilidade de representação. A Natureza contém o horizonte fenomênico e o horizonte noumênico. No âmbito do fenomênico da Natureza existem duas ordens crescentes de sentidos e fisicalidades: o *mundo* e o *universo*. Assim, “de matéria líquida, aérea, gasosa por vezes, o texto facilmente escorre pelas mãos, sabiamente dificultando qualquer recipiência” (DI BLÁSIO, 2003, p. 3) - no sentido que este texto requer: o mundo é, por assim dizer, o conjunto lógico das instrumentalizações, suas condições e possibilidades. A instrumentalização é uma condição de mundo. A Natureza é o originário. O termo “horizonte noumênico” é a dimensão da *Incógnita* e tem sentido autoexplicativo: não sendo um absoluto metafísico é, sobretudo, a dimensão do *ainda* não sabido, de recipiência velada, portanto, “fechada” em uma medida desafiadora.

Observações concludentes sobre o que ainda não tenha sido dito aqui

Como demarcar o sentido de recipiência de um objeto se ela própria é um processo de produção de sentidos? É preciso demarcar o modo de produção de sentidos do objeto, na linguagem, no tempo e no espaço no intuito demarcar possibilidades e

condições de compreensão da recipiência. A análise acarreta em certo afastamento da recipiência como um aspecto da materialidade do objeto. A partir de sua análise, uma proposição é sempre uma intenção de medida e de reaproximação. No âmbito da abstração, a proposição também é instrumentalização. A proposição viabiliza inicialmente um transito de sentidos no âmbito da “representação do objeto” e do “objeto em si”; na proposição apresenta-se o grau de ligadura, transito e ou relação entre ambos. Por isso, é preciso reiterar aqui que “ligação”, “transito” e “relação com” são processos da linguagem e para a linguagem. Se a proposição é a unidade elementar do sentido, a recipiência devém proposições, na condição de objeto lógico em aberto, portanto, cognoscível, no que se vincula a um nome. A recipiência se constitui geralmente da substância própria de um objeto, bem como ao que seu nome se vincula, ou seja, a denominação de um objeto na qualidade de marco da representação determina, em grande medida, da sua substancialidade — a conjunção existencial do objeto em materialidade (realização da sua substância) e em denominação, constitui a função de receptividade de sentidos e de experiências sobre o objeto. Este objeto, portanto, nunca é um acabado, concluído; é-lhe inerente o advir, a confluência e a perda de sentidos — por via destes aspectos, muda-se a recipiência. Parece-nos muito provável que os processos mentais — que se confundem desde sempre no psicologismo — não tenham espaço suficiente no arcabouço da recipiência como visto até aqui, especificamente porque se deve considerá-la no jogo das interações entre sujeito e objeto, sendo assim, a recipiência, é ponto de encontro e ponto de saída das condições e possibilidades gnosiológicas postuladas aqui. A recipiência é a abertura essencial na materialidade o objeto; os processos mentais se relacionam com a recipiência. A recipiência e um modo de estruturação de sentidos dos objetos. A recipiência é realizada pelas instrumentalizações. Os planos da tangência podem ser entendidos como as formas de superfície da recipiência. Como instrumentalização ainda, nos parece que a tendência maior é a da representação sobre o “dever do objeto” em forma-objeto ideal, a partir do representado — isto quer dizer que não seria “objeto em si” o determinante de sentidos, isto é, a “representação do objeto”, mas o seu contrário? A busca pela compreensão da recipiência do objeto é uma incursão sobre as possibilidades imanentes e metafísicas dos objetos a partir do ser gnosiológico e da materialidade em si destes objetos. Compreender um objeto inicia-se pela compreensão da sua substância pela entrada da recipiência. Para além do utópico, mas do futuramente possível, somente a objetivação e racionalização totais da Natureza originária poderão determinar uma ponte para o conhecimento do todo (logo

conhecimento em si e para si) — isso num âmbito geográfico determinado. O conhecimento do todo especificamente como universalização de sentidos e convencionalização generalizada das representações seria obviamente o fim escatológico do tempo histórico. O estatuto dos sentidos e o estatuto da linguagem estariam dispostos na extensão ontológica da porosidade geral do mundo, no sentido de ordenação e racionalização. Por enquanto, o “horizonte noumênico” é a dimensão do *ainda* não sabido, e não um absoluto metafísico. Neste horizonte abrimos recipiências propícias.

Referências

- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Editora Vega, 1998.
- CRARY, J. Introdução. In: VIRILIO, P. *Estética da Desaparição*. Tradução de Cera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- DA SILVA, W.A. *Hans Ulrich Gumbrecht Reader of Martin Heidegger: conception of presence production*. In. Revista Brasileira de Estudos da Presença, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 505-522, Sept./Dec. 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-266069414>>
- _____. *A transição da coisa ao objeto denominado*. In. Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, n. 17, 9 fev. 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 28 de Novembro de 1974 – como criar para si um corpo sem órgãos (1980). In: _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. v. 3, p. 9-29.
- DI BLÁSIO, S. *Vivágua*. UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.], 2003.
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft* [KrV]. Akademie-Textausgabe, Bd. 03, Berlin: de Gruyter, 1968.
- KÖVECSSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. Nova York: Oxford, 2010.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 2003.
- MIRA, F. *Ao Correr do Olhar - Contributos para uma epistemologia metafórica*. Edições Subjectivas, Oficina do Espírito, Arraiolos: Portugal, 2013.
- _____. *Hotel Siesta*. Arraiolos, Portugal: Oficina do Espírito, 2016. 124 pp. ISBN: 978-85-9563-047-5.
- MONOD, J. *O acaso e a necessidade: ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006
- OVÍDIO. *Metamorphoses*. Hugo Magnus. Gotha (Germany). Friedr. Andr. Perthes. 1892.
- RILKE, R. M. *Rilke: Poesia Coisa*. Tradução de Augusto De Campos 1ª Edição. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- SCHOPENHAUER, A. *O Mundo como Vontade e Representação*. Tradução de M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- VIRILIO, P. *Estética da Desaparição*. Tradução de Cera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

Recebido em: 12/09/2018

Aprovado em: 10/12/2018